

*Reunião da Assembleia Intermunicipal
26 de abril de 2022
Ata n.º 1/2022*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pela Vice-Presidente, Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos e pelo Secretário, Hermínio Pedro Marques Martins.

Estiveram presentes os seguintes Membros:

Humberto José Tavares Moreira; Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos; José Carlos Raposo Marques Vidal; Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira; Pedro Jorge Rebelo Tavares; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Rui Pedro Figueiredo Marques; Nuno Ricardo Costa Portovedo; João José Rodrigues Gaspar; Victor Manuel Santiago Tavares; Fernando Augusto Rodrigues Barbosa; Luís Manuel Souto de Miranda; Carlos Francisco da Cunha Picado; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Pedro Manuel Ribeiro da Silva; António Jorge Ferreira Borges; José Augusto da Luz Matos; Diamantino Alberto Garrido Correia; Pedro Labrincha da Rosa Novo; Pedro Miguel Cristo Graça; António Pedro Oliveira Martins; André Filipe Casqueira Guimarães; José Alcides Ramos Pereira; André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel; Luís Sérgio da Silva Pelicano; Francisco José de Oliveira Martins; Álvaro Miguel Ferreira Ferreira; Manuel de Oliveira Reis; Sérgio Daniel Santos Morais; Emanuel José Bandeira Lopes; Maria da Graça de Abreu Freire Valente e Silva; Frederico André de Campos Sousa Lemos; David Faria Pereira Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; Juan Carlos Ferreira Martins; Victor Fernando Santos Neto; Óscar Lopes Francisco; Nuno Roberto Rodrigues de Moura.

Esteve ausente o membro Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, que justificou.

O Presidente da Mesa informou que os Membros Pedro Machado Pires da Rosa (Aveiro), Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Basto (Estarreja) e Carlos Manuel Ferreira Ferreira (Oliveira do Bairro) pediram substituição, estando presentes nos seus lugares, Carlos

Francisco da Cunha Picado (Aveiro), António Jorge Ferreira Borges (Estarreja) e Luís Sérgio da Silva Pelicano (Oliveira do Bairro).

O Presidente da Mesa iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

- A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior;
- B – Expediente e informações;
- C – Período Antes da Ordem do Dia;
- D – Período da Ordem do Dia;

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2021 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021.

Ponto 3 - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão de 2021.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão - Alteração Orçamental Modificativa à GOP e Orçamento de 2022.

A - Apreciação e Votação da ata da sessão anterior:

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a ata da sessão anterior, com o seguinte resultado:

Ata nº 3/2021, de 13 de dezembro, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.

B – Expediente e informações

O Presidente da Mesa informou a receção de uma comunicação do Sr. Vladimiro Silva, datada de 20 de abril de 2022, a solicitar a aceitação da justificação de falta a esta reunião e a correspondente substituição, bem como a justificação de falta à reunião de 13 de dezembro de 2021.

Apresentada a interpretação da Mesa a estas solicitações e após longa discussão, consensualizou-se pela solicitação, votada por unanimidade, de um parecer à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, quer para as justificações apresentadas, quer para as consequências legais da não tomada de posse.

C – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) fez uma referência ao 25 de abril, sugerindo que nos próximos dois anos a *Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril* apoiasse iniciativas de carácter local e que a CIRA promova e apoie ações de carácter intermunicipal. Sobre a Descentralização, chamou a atenção para o facto de o Município do Porto ameaçar sair da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, do Município da Trofa ter interposto uma providência cautelar para que não seja aceite, de forma automática, as competências na área da Educação e que, ao fim de três anos, os Municípios queixam-se de insuficiência das verbas transferidas. Deu nota da publicação de relatório da União Europeia sobre a coesão na Europa até 2050, no qual se destaca que Portugal é dos países com maior centralização na governança.

Américo Silva (Albergaria-a-Velha) manifestou preocupação com a Linha de Alta Velocidade e questionou se a CIRA já fez a análise ao traçado, às implicações e se avaliou o ónus aos Municípios onde passará e que afetará negativamente. Questionou se a atual linha não podia ser requalificada, concordando com o investimento na ferrovia, mas não a qualquer preço. Referiu que a posição da CIRA deve ser de grande exigência, se não mesmo de oposição. Questionou se não seria mais importante, no quadro do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, a construção do novo hospital e que este deverá ser o grande desígnio da região.

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu-se à situação na região face ao que sucedeu ao longo dos últimos dois anos, com a pandemia a condicionar a atividade económica e a vida das pessoas. Considerou que numa altura que há um plano PRR - Plano de Recuperação e Resiliência para potenciar esse retorno, o que se assiste é a um conflito na Europa, com efeitos sérios nos combustíveis, na inflação e nas matérias primas. Referiu que o PRR é gerido de forma

centralista e desconsiderou a retoma na região. Questionou se há notícias do que pode ser o PRR para a região e quais são as expetativas da CIRA nesta matéria.

José Vidal (Águeda) pediu esclarecimentos sobre a visita dos autarcas ao Dubai e referiu que a Pateira de Fermentelos precisa de uma intervenção urgente, envolvendo os municípios de Águeda, Aveiro e Oliveira do Bairro, questionando se há alguma iniciativa que evite que a pateira seque.

João Gaspar (Anadia) questionou se há financiamento da União Europeia para a linha ferroviária Aveiro-Salamanca, que considera uma obra muito importante para os portos do Porto, Aveiro e da Figueira da Foz.

Pedro Novo (Ílhavo) questionou se a CIRA tem alguma informação do processo de nomeação do novo CODIS - Comandante Operacional Distrital de Operações de Socorro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou que se está a criar a ideia que são os Municípios que mandam no país; recordou que quem manda na Descentralização é o Governo e não a ANMP; quem nomeia o CODIS é o Governo; quem toma opções estratégicas de investimento é o Governo; e as disfunções da Descentralização nada têm a ver com a ANMP. Considerou que o processo de Descentralização está em diferentes estágios e que em áreas como a Habitação, as Áreas Portuárias ou as Estradas Nacionais, não se avançou e o próprio Ministro assume-se contra. Referiu que se tem de continuar a lutar, a cuidar deste processo político e a correr riscos financeiros, com ganhos políticos e nos serviços prestados ao cidadão.

Sobre a Linha de Alta Velocidade, o Presidente do CI informou que se aguarda a marcação de uma reunião do IP - Infraestruturas de Portugal com os municípios onde a linha passa e considerou que a CIRA tem dedicado atenção a este dossier, recordando a reunião da Assembleia Intermunicipal em Sever do Vouga e esclareceu que a prioridade da CIRA nesta área é clara e é a ligação ferroviária com a Europa, via Aveiro-Mangualde.

Relativamente à Pateira de Fermentelos, informou que o projeto de reabilitação está pronto, feito pela Polis Litoral Ria de Aveiro e que o financiamento foi cortado, continuando-se a lutar pelo financiamento comunitário.

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou as novidades da sala hidrodinâmica do Hospital de Aveiro e que serão dadas pela Presidente do Conselho de Administração. Referiu que já foi entregue a candidatura do Barco Moliceiro e da Carpintaria Naval da Ria de Aveiro à UNESCO e que se procedeu à aprovação do segundo concurso público para a Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo rodoviário na Região de Aveiro, após o primeiro concurso ter ficado deserto.

O Presidente do CI informou que se está a lançar a revisão do PIMTRA - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, na qual teremos atos públicos para discussão e onde a questão principal é a integração de forma mais expressiva dos modos suaves de mobilidade.

O Presidente do CI referiu que o Observatório de Educação e Formação não superior da Região de Aveiro é um dos projetos do Educ@RA e um instrumento estruturado, muito importante para a leitura do mercado de trabalho, num contexto de falta de mão de obra e numa área que queremos trabalhar com mais qualidade.

Relativamente à Ponte-Açude do Baixo Vouga Lagunar, o Presidente do Conselho Intermunicipal informou que já recebeu o visto do Tribunal de Contas e estamos a realizar os atos preparatórios finais com o empreiteiro para arrancar a obra, com um processo de debate para a transição para o próximo quadro financeiro europeu, se necessário.

Sobre a visita dos Autarcas ao Dubai referiu que todos os esclarecimentos constam da Informação escrita e que foi uma operação realizada com total transparência, com a publicação de três notas de imprensa.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) deixou uma sugestão para se reunir o Conselho Consultivo do ACeS Baixo Vouga e pediu esclarecimentos sobre a fase em que se encontra o canil intermunicipal.

Manuel Prior (Aveiro) referiu a importância da saúde, demonstrada designadamente nesta época de pandemia e questionou se há novidades na requalificação e ampliação do Centro Hospitalar de Aveiro.

José Vidal (Águeda) referiu que o Educ@RA está direcionado para o insucesso escolar, se pode ser apresentado um relatório do ponto de situação atual e questionou se há alguma perspetiva para o futuro deste projeto.

Diana Paiva (Sever do Vouga) solicitou o ponto de situação do CIROA, considerou que estará esgotado sem estar construído e que a CIRA podia apostar na educação e sensibilização nas escolas, na abordagem ao abandono dos animais. Referiu que o rio Vouga não tem qualquer limpeza, que fica logo assoreado após algumas chuvas e que a gestão de 2019 da Tempestade Elsa deixou muitas reservas e percebeu-se que a barragem não controla as cheias, pedindo a intervenção da CIRA junto da APA - Agência Portuguesa do Ambiente.

Américo Silva (Albergaria-a-Velha) considerou que as notícias sobre a visita dos autarcas ao Dubai pretenderam atingir a CIRA e foram de uma baixaria de todo o tamanho.

Miguel Souto (Aveiro) considerou que os autarcas devem viajar e que deve ser visto de forma natural, podendo neste caso em particular, haver uma melhoria na comunicação.

Em resposta às questões, o Presidente do Conselho Intermunicipal informou que vai reunir o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga e que não há novidades na ampliação do Hospital de Aveiro.

Referiu que todos os esclarecimentos do ponto de situação do CIROA constam do ponto oito da Informação.

O Presidente do CI referiu que se está a preparar o relatório final do Educ@RA, que teve muitos aspetos positivos, mas que tinha uma abrangência muito grande e que no próximo projeto se tem de focar mais, sendo a CIRA um parceiro importante num trabalho conjunto com os Agrupamentos de Escola e pretende-se fazer melhor num Educ@RA II.

Sobre a limpeza dos rios, o Presidente do CI referiu que há uma entidade com essas responsabilidades e recordou a proposta da CIRA de criação de uma Polis II, onde se incluíam os rios.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2021 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu estar à disposição para todos os esclarecimentos necessários. O documento tem uma introdução sucinta, entende que 2021 foi um ano bom, não tão bom como se queria, deixando muito trabalho para 2022.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Pedro Cristo (Ílhavo) referiu a depreciação dos ativos da participação na Polis Litoral Ria de Aveiro, com uma desvalorização que não foi reconhecida pelos auditores e questionou o restante valor, se vale o que vale e qual será o futuro da nossa posição e desse ativo.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que o contrato da Polis Litoral Ria de Aveiro é especial, onde os ativos da empresa não são entregues à titularidade de ninguém, mas entregues à gestão, mantendo a empresa a titularidade. À extinção da empresa, os ativos serão entregues aos Municípios, à APA - Agência Portuguesa do Ambiente e ao ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Informou que há um problema legal, uma vez que estamos no sexto ano de extinção legal da empresa e não estamos a cumprir o decreto-lei da realização do capital social, com o acordo com o Governo. Referiu que atualmente se está a acabar a realização do capital social, uma vez que se está a acabar o plano de investimentos. Reiterou que a CIRA luta pela não extinção da empresa.

O Presidente da Mesa colocou à votação o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:

Prestação de Contas 2021 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021, aprovada por maioria, com nove abstenções, dos membros José Carlos Raposo Marques Vidal, António Pedro Oliveira Martins, David Faria Pereira Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva,

Diamantino Alberto Garrido Correia, Fernando Augusto Rodrigues Barbosa, Frederico André de Campos Sousa Lemos.

Ponto 3 - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão de 2021.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que é um relatório tranquilo, que não era necessário ser tão longo, mas respeita o formato definido.

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

Tomado conhecimento do Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão de 2021.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão - Alteração Orçamental Modificativa à GOP e Orçamento de 2022

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a revisão integra o saldo e os objetivos políticos que estão definidos no plano e orçamento.

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

O Presidente da Mesa colocou à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:

1ª Revisão - Alteração Orçamental Modificativa à GOP e Orçamento de 2022, aprovada por maioria, com oito abstenções, dos membros José Carlos Raposo Marques Vidal, António Pedro Oliveira Martins, David Faria Pereira Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Diamantino Alberto Garrido Correia, Frederico André de Campos Sousa Lemos.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta.



Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos

Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Herminio Pedro Marques Martins

